

POLÍTICAS educacionais e escola pública:

Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais



Susana Schneid Scherer
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

POLÍTICAS educacionais e escola pública:

Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais



Susana Schneid Scherer
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Susana Schneid Scherer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais / Organizadora Susana Schneid Scherer. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-228-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.286211607>

1. Escola pública. 2. Professor. 3. Aluno. I. Scherer, Susana Schneid (Organizadora). II. Título.

CDD 371.01

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *As políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais* é uma obra que tem o objetivo principal de discutir trabalhos no escopo das políticas educacionais e da escola pública, relacionando questões globais e sociais desafiando as escolas, professores e alunos que vivem a realidade educativa.

A obra visa mostrar as relações entre circunstâncias sociais e os programas educacionais, as práticas pedagógicas, as formas escolares como currículo, conteúdos, modelos educacionais e de professores em cena.

De tal maneira, os trabalhos que ora seguem apresentam em sua particularidade visões, reflexões e diferentes análises sobre a escola pública brasileira. São debatidos conceitos e a materialização da ideia de democracia no país, bem como a expressão na educação nacional das políticas públicas, enquanto atividade do Estado. É expressa a preocupação com os resultados educacionais e de indicadores de desempenhos e de atores privados e empresariais, e de fora da área educacional, presentes na educação brasileira.

Outros estudos apresentam um olhar para outras práticas pedagógicas, currículos, programas de formação docente, e ações que tem como cerne a realidade escolar, evidenciando preocupações com uma formação ampliada, crítica e que tenha o desenvolvimento estudantil. É analisado o importante papel de atividades e conteúdos tais que música, jogos, interdisciplinaridade, debates reflexivos sobre justiça e questões sociais mais amplas na formação escolar.

Assim sendo, reconhece-se que os estudos que compõem essa obra compartilham de um mesmo compromisso que é o de pensar as políticas educacionais nacionais e refletir sobre seu papel no que tange a construção de uma escola pública de qualidade social, referenciada pelos interesses e motivações populares. São valiosas e imprescindíveis leituras e reflexões a serem consideradas por pesquisadores e pessoas que buscam pensar a educação brasileira.

Susana Schneid Scherer

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Jerry Wendell Rocha Salazar

Nelcir Francisca da Silva

Luiz Carlos Rodrigues da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116071>

CAPÍTULO 2..... 12

POLÍTICAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO E IMPACTO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Sami Eduardo José Schinasi

Ana Claudia Carelle


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116072>

CAPÍTULO 3..... 21

COLÉGIO ESTADUAL WALDEMIRO PITTA: RESULTADOS EDUCACIONAIS ENTRE OS ANOS 2009 E 2012

Tamara Cecília Rangel Gomes

Ethmar Vieira de Andrade Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116073>

CAPÍTULO 4..... 32

INSTITUTO AYRTON SENNA E O PROGRAMA EDUCACIONAL PAULISTA INOVA (2020): REFORMA EMPRESARIAL

Rodrigo Pereira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116074>

CAPÍTULO 5..... 44

O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFPA/CINTINS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA: O VER E O SENTIR O CURRÍCULO E A VIDA NOS PROCESSOS FORMATIVOS

Edilena Maria Corrêa

Joelma de Jesus Dias Leão


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116075>






CAPÍTULO 6..... 53

A INFLUÊNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Jocileia Monteiro

Désirée Gonçalves Raggi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116076>

CAPÍTULO 7	66
CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA	
Dalvina Costa Fontana	
Delcenir Porto Costalonga	
Alicia Real Tuão	
Luzinete de Freitas Cândido Kaiser	
Débora de Freitas Feliciano	
Edmar Reis Thiengo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116077	
CAPÍTULO 8	79
JULGAMENTO MORAL DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA SOLUÇÃO DE DILEMAS DE UM PROCESSO AVALIATIVO	
Anderson Arthur Rabello	
Fátima de Cássia Oliveira Gomes	
Paula de Souza Birchal	
Ronaldo Luiz Nagem	
Mariana de Lourdes Almeida Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116078	
CAPÍTULO 9	87
REFLEXOS DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM HUMAITÁ-AM	
Renne Garcia Paiva	
Ana Verônica Silva do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116079	
CAPÍTULO 10	93
O PIBID NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO	
Maria de Fátima Mendes Paixão	
Suzana Modesto de Oliveira Brito	
Heiddy Marques Alvarez	
Iranéia Ferreira Leite	
Kleber Villas Boas Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.28621160710	
CAPÍTULO 11	106
AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR ROBERTO SANTOS EM SALVADOR (BA)	
Tatiane Cardoso Pereira	
Maria Leolina Pereira dos Santos	
Adriana Freire Pereira Férriz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.28621160711	
SOBRE A ORGANIZADORA	119
ÍNDICE REMISSIVO	120

AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR ROBERTO SANTOS EM SALVADOR (BA)

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 04/05/2021

Tatiane Cardoso Pereira

Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/7894497647879159>
[Orcid.org/0000-0001-7151-8593](http://orcid.org/0000-0001-7151-8593)

Maria Leolina Pereira dos Santos

Universidade Federal da Bahia
Graduação em Serviço Social
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4151605724138483>
[Orcid.org/0000-0001-5825-7739](http://orcid.org/0000-0001-5825-7739)

Adriana Freire Pereira Férriz

Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4468823588950950>
[Orcid.org/000-003-0819-7779](http://orcid.org/000-003-0819-7779)

RESUMO: O presente trabalho apresenta os resultados do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “As manifestações da questão social na educação: um estudo no Colégio Estadual Governador Roberto Santos em Salvador (BA)” que teve como objetivo identificar e analisar as múltiplas manifestações da Questão Social na educação, através de um estudo do Colégio Estadual Governador Roberto Santos (CEGRS)

em Salvador (BA). Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, explicativa, tendo como sujeitos, os professores e alunos do ensino médio do CEGRS, os quais responderam a um questionário específico para cada grupo, (professores e alunos). Os resultados da pesquisa apontam para o fato da presença de várias expressões da Questão Social no colégio em foco, e que estas expressões não são particulares a esse colégio, mas, da classe trabalhadora que é a maior usuária das escolas e colégios públicos. Portanto, defendemos a necessidade e a importância da inserção de assistentes sociais em todas as escolas públicas brasileiras, principalmente, nas escolas públicas de Salvador(BA)

PALAVRAS - CHAVE: Questão Social. Serviço Social. Política de Educação.

THE MANIFESTATIONS OF THE SOCIAL ISSUE AT THE GOVERNOR ROBERTO SANTOS STATE COLLEGE IN SALVADOR (BA)

ABSTRACT: This paper presents the results of the Course Conclusion Work entitled “The manifestations of the social issue in education: a study at the Governador Roberto Santos State College in Salvador (BA)” that aimed to identify and analyze the multiple manifestations of the Social Issue in education, through a study by the Governador Roberto Santos State College (CEGRS) in Salvador (BA). Therefore, we conducted a qualitative, exploratory, explanatory research, with CEGRS teachers and high school students as subjects, who answered a specific

questionnaire for each group, (teachers and students). The results of the research point to the fact that several expressions of the Social Issue are present in the school in focus, and that these expressions are not particular to this college, but to the working class, which is the largest user of public schools and colleges. Therefore, we defend the need and importance of inserting social workers in all Brazilian public schools, especially in public schools in Salvador (BA).

KEYWORDS: Social Issue. Social Work. Education Policy.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é proveniente de uma pesquisa sistematizada no Trabalho de Conclusão do curso (TCC) de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, a qual teve como tema “As manifestações da questão social na educação: um estudo no Colégio Estadual Governador Roberto Santos em Salvador (BA)” que foi apresentada e aprovada no dia 01 de julho de 2014.

O trabalho em questão teve como finalidade identificar as expressões da Questão Social que se manifestam no âmbito escolar, questionando de que forma tais expressões interferem na vida escolar dos alunos. E, assim, ao término do trabalho defendemos a inserção do profissional de Serviço Social nas escolas públicas em Salvador (BA).

O interesse pela área da Educação foi despertado após participarmos de um curso de extensão “Desafios e Perspectivas do Serviço Social na Educação” oferecido pelo Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação (GTSSSEDU). Na ocasião, foram apresentadas as possibilidades e a importância da inserção do Serviço Social na política de educação. A partir de então, passamos a integrar o Núcleo de Estudos em Serviço Social na Educação em Salvador (NESSE-Salvador), que é uma extensão do GTSSSEDU, no qual podemos aumentar nossos conhecimentos e os questionamentos a respeito do tema. Um desses questionamentos foi sobre quais as expressões da Questão Social que se manifestam nas escolas e como estas influenciam no contexto escolar, questionamento este que motivou a construção do TCC.

Para tanto, decidimos realizar uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratória e explicativa tendo como sujeitos alunos e professores do ensino médio. Todavia, reconhecendo os limites de tal produção enquanto um trabalho de conclusão de curso, e nossas limitações enquanto estudantes delimitamos a nossa pesquisa no Colégio Estadual Governador Roberto Santos em Salvador (BA), pois, mesmo reconhecendo a relevância dos aspectos culturais e econômicos de cada região, acreditamos que as realidades encontradas no colégio em questão pode sim nos dar um entendimento da realidade das demais escolas públicas de Salvador/BA.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados dois questionários distintos e foram aplicados a 21 (vinte e um) alunos e oito professores. Ainda, coletamos informações através de conversas informais com o diretor do colégio, além dos meios virtuais como, o

blog do colégio e o próprio site da Secretaria de Educação da Bahia. Contudo, diante das limitações de um artigo, iremos apresentar a análise dos dados apenas dos professores, por acreditar que esses dados cumprem com o objetivo que é identificar as expressões da questão social na escola. Assim sendo apresentaremos a seguir a fundamentação teórica através da qual realizamos nossa pesquisa.

2 | DE QUE QUESTÃO SOCIAL ESTAMOS FALANDO?

É importante trazermos que entendemos Questão Social como o fenômeno resultante do conflito entre Capital x Trabalho, ou melhor, entre burguesia e classe trabalhadora, conflito este que só irá se expressar como tal dentro da sociedade capitalista. Haja vista que é no sistema capitalista que o trabalhador é expropriado dos meios de produção e tem seu trabalho superexplorado.

Para melhor compreender, trazemos Marx e Engels (2008, p. 9), onde descrevem o capitalismo como sendo o modo de produção que sucede o feudalismo em meio ao século XIX, e que “caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado”. Os autores fazem uma longa discussão e descrição dessas duas classes, mas iremos resumir como sendo a burguesia, os detentores dos meios de produção e o proletariado aqueles que só possuem a sua força de trabalho, a qual será vendida ao burguês para poder ter os meios de sobrevivência.

Dessa forma, entendemos que o capitalismo é um modo de produção, em que o objetivo maior é a acumulação, e que a consegue através da absorção de trabalho não pago, que resultará em mais-valia, que é concretizada através da circulação da mercadoria quando se transforma em dinheiro que retornará ao capitalista (TAVARES, 2009). Ou seja, a burguesia visionária busca obter maior lucratividade sobre as mercadorias produzidas pelos proletários, criando, assim, estratégias para extração da mais-valia da classe que sustenta o sistema capitalista.

Essa superexploração se traduz nas péssimas condições de vida da classe trabalhadora, como por exemplo, a extrema pobreza generalizada, devido a grande massa de desempregados, aumentando o exército industrial de reserva, definido, também, como superpopulação, que é consequência do uso das máquinas e condição para que a acumulação se efetive, pois a existência desse exército serve como instrumento de coerção do capitalista sob o trabalhador, pois sabendo este que há uma grande massa de desempregados em busca de emprego, se submeterá, mais facilmente, aos métodos de produção impostos pelo capitalismo, os quais em si mesmos reproduzem as condições de ampliação desta superpopulação (MARX, 1996).

É diante dessa realidade de condições desumanas de vida, desemprego generalizado, etc. que os trabalhadores se mobilizaram e lutaram por mudanças. Essa luta,

no início, se manifestou através de ações violentas, a exemplo da quebra das máquinas, no movimento Ludista. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). As lutas e mobilizações continuaram, e conquistas vieram como o direito à livre associação, aprovada em 1824, período de propagação da *trade-unions* que, “sempre deflagravam greves quando o capitalista rejeitava suas reivindicações econômicas e auxiliavam financeiramente, por meio das ‘Caixas de Resistências’, os operários em greve ou desempregados” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 228).

Porém, foi em 1871, que aconteceu a grande manifestação dos trabalhadores franceses da época, a Comuna de Paris. Movimento no qual os trabalhadores tomaram o poder durante 72 (setenta e dois) dias, após expulsarem a burguesia e o exército. Constituiu, neste período, um novo governo formado principalmente por trabalhadores, foi uma experiência, como disse o próprio Marx, “assustadora”, pois a Comuna “tratou de quebrar o instrumental de repressão espiritual, o poder dos padres e religiosos; decretou a separação entre Igreja e Estado [...] e a expropriação [...] de todas as igrejas, na medida em que eram corporações com propriedades” (MARX *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 296).

É diante desse contexto de exploração e opressão por parte de capital e de resistência e luta por parte dos trabalhadores que a Questão Social surge como resultado deste conflito entre classes, como deixa claro Iamamoto e Carvalho (2009, p. 77).

Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia [...].

Partindo, então desta citação, iremos a seguir trazer um pouco sobre a particularidade da ‘questão social’ no Brasil.

2.1 A Relação Entre a ‘Questão Social’ e o Serviço Social

A definição de ‘Questão Social’ produzida por Iamamoto e Carvalho (2009), relatada anteriormente, é hegemônica no Serviço Social brasileiro, pois deixa claro seu caráter político esclarecendo a diferença entre o pauperismo e as péssimas condições de vida dos trabalhadores. Já que, a ‘Questão Social’ só se revela a partir das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e de vida, fazendo com que os governantes se posicionem e deem respostas às suas exigências, que naquele momento se deu através das ações filantrópicas da Igreja Católica.

É neste movimento, que então surge o Serviço Social, tendo aberto as primeiras escolas na passagem do século XIX para o século XX, o que segundo Netto (2007, p. 69)

Está predominantemente assentada numa tese simples: a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na ‘organização’ da filantropia e cuja culminação se localizaria na

gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já 'organizadas', de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica.

Neste trecho, Netto (2007) esclarece que o Serviço Social surge num movimento de organização das práticas filantrópicas que eram exercidas, principalmente, pela Igreja Católica. E no decorrer do citado texto, o autor falará que existe uma “relação de continuidade” entre a profissão de Serviço Social e a filantropia desenvolvida pela classe burguesa. Assim como durante muito tempo a influência da Igreja Católica esteve presente na profissão.

De acordo com Santos (2012), apesar de haver um “mecanismo básico de produção da ‘questão social’” não se pode desconsiderar as particularidades da formação social de cada país. Para tanto, podemos desde já trazer a particularidade da implantação do capitalismo no Brasil, que aconteceu de forma diversa da Europa, como nos mostra Santos *et al* (2012, p. 246):

Ao contrário do que ocorrera na Europa, onde as formações sociais tiveram seus contornos bem delineados (feudalismo-feudo, burguesia-burgos), no Brasil, as coisas se sucederam de maneira bem diversa. Não houve Feudalismo e a burguesia surgiu durante o Império enquanto ainda predominava o regime patrimonialista-escravocrata. Assim é que não se pode falar em modo de produção escravista e/ou modo de produção feudal brasileiros. Em verdade, o que se vivenciou, no país, foi a apropriação capitalista fundada na utilização da mão-de-obra compulsória, escrava e servil, enquanto elemento indispensável à acumulação primitiva de capitais.

Ou seja, a superexploração do trabalho e a acumulação de capital, necessárias à consolidação da ordem burguesa, se constituíram no Brasil antes mesmo de haver trabalho assalariado no país, dentro do período colonial com a exploração da mão de obra escrava. Assim, neste período, as relações de produção eram formadas por “dois sujeitos sociais: o senhor de engenho – detentor dos poderes ilimitados sobre a propriedade – e o escravo – despossuído de quaisquer bens, inclusive sua força de trabalho e da própria liberdade.” (SANTOS *et al*, 2012, p. 244)

Desta forma, fica claro que a escravidão foi o pilar da construção da sociedade burguesa no Brasil, tronando-se assim fator de grande importância e indispensável para o estudo da “Questão Social” no país. Esta é a característica fundante da nossa questão social, como coloca Santos (2008, p. 29) “uma relação de acumulação, nos moldes capitalistas da fase mercantil, baseada na profunda exploração do trabalho escravo”.

O trabalho passou a ser assalariado no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, sendo que grande parte desses trabalhadores eram população estrangeira, que vinham se refugiar, na recente indústria brasileira, do desemprego vivido em seus países de origem. Os trabalhadores imigrantes foram fundamentais para a formação da classe operária, e assim da sua luta, pois trouxeram para o Brasil as experiências vividas em seus

países, influências políticas e ideológicas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A oligarquia feudal percebeu esse movimento de organização da classe trabalhadora, e criou leis que buscavam reprimir as atividades político-sindical e o banimento dos trabalhadores estrangeiros caso estes ameçassem a segurança nacional. Contudo, ao mesmo passo que medidas repressivas eram criadas, se desenvolvia a organização da classe operária, sendo instauradas centenas de greves no período de 1900 a 1920. Greves essas que eram incitadas não só pela repressão aos movimentos sindicais, mas principalmente pelas péssimas condições de vida e trabalho impostas aos operários pela classe burguesa, chegando ao ponto que, “em 1910, nas fábricas de São Paulo, a idade média de vida do trabalhador chegava a 19 anos” (GAIANNOTTI, *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 234).

Como consequência das mobilizações e organizações dos sindicatos e organizações trabalhistas vieram as primeiras conquistas, como o Decreto de 1907 que regulou a associação operária e o direito de todas as profissões terem associações sindicais. Surgiram então as organizações dos trabalhadores, como as pioneiras as Associações de Socorro e Auxílio Mútuo que como o próprio nome evidencia, eram de caráter assistencialista, e as Ligas ou Uniões Operárias, as quais já tinham um caráter de luta. A Confederação Operária Brasileira, foi a primeira tentativa de construção de uma central sindical (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Evidencia-se, então, a crescente organização e consolidação da classe trabalhadora, por meio das uniões destes através dos sindicatos. E ao perceber isto o Estado busca então cooptar essas organizações a fim de enfraquecer as lutas e quebrar a sua credibilidade, para tanto utilizará dos sindicalistas amarelos. Todavia é com a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, que se consolida o controle do movimento operário por parte do Estado, pois “passa a incorporar os sindicatos no aparelho estatal e a formular uma política que os definia como órgãos de cooperação e colaboração com o Estado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 236).

Entrementes, houve um reordenamento social, na década de 1930 devido à crise do café, que levou as grandes elites cafejeiras à falência e a burguesia industrial se ascendeu fortemente (SILVA, 2005). Junto com o crescimento da industrialização, o pauperismo herdado pela crise agravou-se com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (MARX, 2010), ou seja, a demissão dos trabalhadores decorrente da implantação de grandes máquinas. Para, além disso, permaneciam, ainda, as péssimas condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores naquele período, jornadas de trabalho extensivas, locais de trabalho insalubres, condições imorais de trabalho, etc, (SILVA, 2005).

Nesta configuração de lutas e pressões por parte dos trabalhadores, e coerção, repressão e cooptação por parte do Estado sob estes, é que as primeiras conquistas foram alcançadas. Como por exemplo, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943, no governo getulista, esta que pode ser considerada uma das maiores conquistas dos

trabalhadores brasileiros, que traz em si o caráter contraditório ao passo que também é resposta do Estado a burguesia já que aplacou as lutas dos trabalhadores.

Diante do exposto, verificamos, portanto, que, “foi a organização do proletariado como classe, iniciada desde fins do século XIX, que forjou o reconhecimento da questão social por parte do Estado e da burguesia, que deixam de tratá-la exclusivamente como ‘caso de polícia.’” (VIANNA *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 236).

Logo, verificamos que a Questão Social, não é um fenômeno natural que sempre existiu, mas sim o resultado do conflito de classes decorrente da sociedade capitalista e da sua lógica de superexploração da mão de obra do trabalhador para gerar mais-valia. Nesse sentido, a Questão Social se expressa de diversas formas, como o desemprego, miséria vivida pelos trabalhadores, falta de saneamento básico, habitação, entre outras formas. Todas as expressões da questão social demandaram respostas por parte dos governantes, e é neste contexto que surge então o Serviço Social como profissão.

As primeiras práticas de intervenção social no Brasil surgiram com as damas de caridade que seguiam a Doutrina Social da Igreja Católica, e encaravam a pobreza como algo determinado por Deus, cabendo às pessoas ricas amenizar as precárias condições de vida em que esses indivíduos se encontravam. Entretanto, com o avanço do capitalismo no Brasil e suas crises, e logo com o crescimento do pauperismo, novas demandas surgiram e as simples ações de caridade não respondiam mais às necessidades dessa população, principalmente, devido a grande eminência de revolta por parte da massa desempregada.

Foi para agir dentro deste contexto histórico que o Serviço Social foi regulamentado no Brasil na década de 1940¹⁰, sem muitas diferenças do que era enquanto prática de caridade, pois, desta vez para além de amenizar as dificuldades das famílias pauperizadas as assistentes sociais tinham ainda a função de fiscalizador e controlador da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Assim temos hegemônico, mas não consensual, na profissão o entendimento de que o Serviço Social é institucionalizado para atuar nas diversas expressões da Questão Social. Como explicita Yazbek (2009, p. 6), “a Questão Social [...] é, portanto, a ‘matéria-prima’ e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão”.

Entretanto, apesar da questão social ser reconhecida como “matéria-prima” do Serviço Social, a produção e o debate teórico acerca da questão social e sua relação com o Serviço Social só vai se firmar dentro da profissão a partir de 1980, tendo como grande marco a publicação, em 1982, do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Essa discussão toma corpo e força em meados de 1990 ao ser aliada à discussão da categoria trabalho em consonância com os debates que ocorriam dentro das Ciências Sociais.

Em 1996, a obra de Iamamoto e Carvalho vai fundamentar a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, o que fomentou que a Questão Social, é para o Serviço

Social não só um objeto de intervenção, mas, além disso, é também objeto de estudo e que influencia e direciona o caráter sociopolítico da profissão.

3 | A QUESTÃO SOCIAL NO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR ROBERTO SANTOS EM SALVADOR (BA)

No intuito de analisar empiricamente a necessidade da presença do profissional de Serviço Social em escolas públicas, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório e explicativa, pois de acordo com Gil (*apud* PONTE *et al*, 1991, p. 46) pesquisas explicativas têm “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Para tanto, entrevistamos 21 (vinte e um) alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio e oito professores através de questionários com perguntas abertas e fechadas, sendo que a quantidade de questões e o teor das mesmas foram diferentes para alunos e professores.

O tamanho das amostras se justifica pelo seguinte, sendo este um trabalho de conclusão de curso o tempo para a aplicação do questionário e a análise dos seus dados era bastante rígido, o que nos fez optar por estudantes maiores de 18 anos, os quais poderiam responder (e se responsabilizar pela assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido) a questionários de pesquisas. Assim, nos turnos em que os aplicamos só foram encontrados 21 (vinte e um) alunos que se encaixam neste quesito idade e que se dispuseram a responder. Quanto aos professores, além do fato destes estarem em número menor, muitos estavam em reunião, e, portanto, só encontramos oito disponíveis para responder ao questionário.

Dito isso, trataremos a partir daqui os dados coletados com as entrevistas dos professores, como já sinalizado na introdução deste artigo.

Assim, aplicamos questionários formados por dezesseis questões sobre a relação dos professores com os alunos, assim como quais eram as percepções deles sobre os mesmos, questionamos ainda sobre as relações e condições de trabalho, sobre as suas relações com o sindicato e as lutas da categoria, assim como perguntamos sobre a avaliação que estes faziam da escola, além das questões de identificação que irão possibilitar a criação dos perfis.

Através das informações prestadas pudemos identificar que, o perfil dos professores do CEGRS é de maioria feminina, com idade superior a 40 anos, casadas, que se declaram pardas, professam a fé Católica, moram em bairros próximos do colégio, todos em imóveis próprios e com renda superior a sete salários mínimo. No que se refere à vida profissional desses professores constatamos que dos oito professores entrevistados, seis possuem pós-graduação, um é mestre e outro possui graduação.

Outro dado interessante que nos permitirá ter diferentes perspectivas sobre os alunos e a própria escola por parte das professoras, é o tempo de trabalho, pois responderam ao

questionário professoras com apenas um ano de trabalho no colégio, como professoras com mais de 20 anos trabalhando no mesmo. Identificamos ainda, que apenas duas trabalham em apenas um dos turnos, em contraponto quatro trabalham em dois turnos e duas em todos os turnos, o que revela o desgaste e a sobrecarga desses professores. Cabe destacar que esta não é uma realidade exclusiva do CEGRS, o que pode ser observado facilmente nas escolas públicas de todo o Brasil, assim como em algumas privadas.

As respostas acerca da quantidade de vínculos complementam a reflexão anterior, pois revela que cinco das entrevistadas atuam unicamente no CEGRS, por outro lado, há um que declarou possuir três vínculos empregatícios e este mesmo trabalha em dois turnos, matutino e vespertino.

Quando questionamos as professoras como elas avaliavam as condições de trabalho no CEGRS, obtivemos o seguinte resultado das oito professoras que responderam ao questionário, duas consideraram as condições de trabalho satisfatórias, enquanto as seis restantes consideraram boas, tivemos as seguintes justificativas:

Atuo como professora no ensino médio e profissionalizante onde as salas de aula possuem boas instalações, a escola dá condições a utilizarmos um miniauditório, laboratório de informática e biblioteca por isso tudo é satisfatório (Sic, PROFESSORA 1, entre 40-50 anos). - Para atingir o padrão de excelência falta melhorar as condições ambientais e colocação de equipamentos para suporte pedagógico (Sic, PROFESSOR 2, 57 anos)

Algumas falas indicam, portanto, que as professoras estão satisfeitas com o espaço físico da escola, com as relações estabelecidas e alguns com os recursos disponibilizados. Chega-se até justificar a resposta comparando com outros colégios, mas veremos no decorrer deste trabalho que essas respostas são contraditas em outras perguntas, pois quando questionamos acerca das dificuldades para realizar o trabalho, obtivemos respostas na contramão da resposta anterior como podemos ver a seguir:

Algumas vezes. Quando precisamos de um maior apoio pedagógico e por falta de material "(sic, PROFESSORA 1, entre 40 – 50 anos). -As principais dificuldades se concentram na falta de recursos disponíveis, o que atrapalha em diversos pontos (sic, PROFESSOR 3, 30 anos).

Percebe-se, portanto, a insatisfação das professoras com os recursos disponíveis, e é apresentada a queixa com relação a falta de uma equipe pedagógica para apoiá-los e orientá-los nas diversas situações que surgem no dia a dia do colégio.

No que concerne à relação dos professores para com o sindicato e às lutas da categoria, metade deles disseram que sim, são sindicalizados. Porém percebemos a partir das justificativas certa apatia diante do sindicato. Essa apatia é clara nas justificativas daqueles que não são filiados, quando expressam, visivelmente, a descrença pelo sindicato dos professores, vejamos: “*Não. Acho que o nosso sindicato está mais ligado aos interesses do governo do que os interesses da categoria (Sic, PROFESSOR 2, 57 anos). Não. Por que não acredito na força do sindicato atual (Sic, PROFESSOR 3, 30 anos).*”

Já aqueles que disseram estar vinculados com o sindicato, revelam que esta vinculação resume-se ao pagamento da mensalidade, “*Sim. Apenas como filiado*” (Sic, PROFESSOR 4, 58 anos); “*Sim. Pagar mensalmente e ficar atento as mudanças*”. (Sic, PROFESSORA 6, 51 anos). O que não deixa de demonstrar certa descrença no sindicato.

Quando perguntamos se o sindicato responde às demandas da categoria, apenas um respondeu positivamente, a maioria respondeu que algumas vezes, e dois dos professores, se posicionaram firmemente que não, o sindicato não atende as demandas da categoria. Assim, percebemos que esses professores se sentem pouco representados pelo sindicato da categoria.

Devemos lembrar que a não filiação sindical, não significa necessariamente que os profissionais estejam alheios às lutas da categoria. No caso em questão, por exemplo, a maioria respondeu que está ativo nas lutas, a exemplo do professor 2 (57 anos), “*Sempre participei, inclusive fui responsável, quase direto, pelo término da greve de 2012*”. Mas mesmo assim apresentam certa frustração, como na resposta da professora 5 (49 anos) “*Sempre ou quase sempre participo embora nossa categoria não seja muito respeitada pelos poderes públicos*”.

Questionamos também o que os professores pensam que influencia na permanência dos alunos no colégio, e quatro das oito respostas, trazem a questão do transporte, de morar perto da escola, como um fator importante, o que é compreensível pois sabemos que o transporte público é um custo alto para muitas famílias. Foram trazidos ainda outros determinantes sociais como, “merenda”, “possibilidade de estágio”, “renda familiar”, “A necessidade de conclusão do ensino médio”, “Pouca capacidade financeira para estudar em colégios um pouco melhores”, reiterando as reflexões feitas acima. Outras quatro respostas justificam a permanência dos alunos no colégio, pelo ambiente e pelas boas relações dos alunos com o colégio e com os professores.

Quando pedimos às professoras que classificassem o interesse dos alunos nos estudos, cinco delas classificaram como “razoável”, enquanto três classificaram como “pouco”. Quisemos saber quais fatores elas acreditavam ser responsáveis por esse fato, e encontramos as seguintes respostas:

Baixa autoestima; nível de escolaridade dos pais; imediatismo, pois qualquer atividade remunerada faz com que o aluno abandone a escola (sic, PROFESSOR 2, 57 anos). -*A mídia, a necessidade de trabalhar, falta de objetivo e de acompanhamento familiar* (sic, PROFESSORA 4, 49 anos).

Metade dos professores aponta a família como responsáveis por essa falta de interesse dos alunos, seja pelo nível de escolaridade dos pais, falta de acompanhamento ou influência dos pais, ou seja, estes professores entendem que os pais têm a responsabilidade de aumentar o interesse dos alunos pelos estudos e ter disciplina na escola.

Contudo, não verificamos em nenhuma resposta a responsabilização do poder público, indicando assim uma inversão de valores, pois a educação deixa de ser “direito de

todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 2014a, p. 1), para ser direito de alguns e dever da família e do Estado. Vale destacar que isto não é particular do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, a responsabilização dos alunos e da família é uma tendência nacional, de desresponsabilização do Estado e sucateamento das instituições públicas, fazendo com que haja uma supervalorização das instituições e serviços privados.

Partimos para os questionamentos acerca dos programas e projetos que estão em vigor no colégio, obtivemos algumas respostas que nos fizeram analisar sobre como vem sendo administrado tal recurso e de como eles impactam na vida dos estudantes. Em sua maioria os professores sabiam de algum projeto que já havia sido implantado na escola, como exemplo, temos a resposta de um professor quando questionado se tinha conhecimento de algum programa e qual seria ele: “*Sempre teve como o de promoção à saúde, visando principalmente o combate de drogas ilícitas*” (sic. PROFESSOR 2, 57 anos).

Assim como obtivemos respostas de docentes que desconheciam a existência de tais programas, que trouxeram falas como: “*Caso haja não estou a par deles*” (sic. PROFESSOR 3, 30 anos). Dessa forma, percebe-se que, provavelmente, existe uma dificuldade de comunicação entre o corpo docente e a direção dessa escola, já que as informações parecem não se encontrar em alguns momentos.

Quando questionados sobre se houve alguma mudança na realidade da escola a partir desses programas ou projetos, os professores apresentaram falas que identificam a colaboração de tais mecanismos nesse processo, falas como:

Sim. Os alunos se integram mais. Os professores, alunos e funcionários integram-se com estudantes de outros turnos, além de se ter oportunidade do olhar pedagógico diferenciado para com os alunos. (sic. PROFESSORA 1, entre 40 e 50 anos). - *De caráter quantitativo sempre há, uma melhora nas médias dos escolares* (sic. PROFESSORA 5, 49 anos).

O que nos leva a concluir que os programas e projetos, mesmo que minimamente, influenciam de maneira positiva no processo de ensino/aprendizagem e se faz de extrema necessidade em espaços em que a participação dos alunos esteja comprometida, pois os mesmos podem impulsionar esses jovens a uma maior dedicação às atividades escolares.

Diante do que foi exposto acreditamos ser possível afirmar que as expressões da questão social presentes no espaço escolar interferem no processo ensino-aprendizado dos alunos. Desta forma, defendemos a regularização da inserção de assistentes sociais nas escolas públicas de todo o país, pois este profissional é qualificado para atuar frente às expressões da questão social que são múltiplas e se apresentam de diversas formas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada no CEGRS, conseguimos alcançar nosso objetivo de mapear as expressões da Questão Social que se apresentam na referida escola. Deste modo, as expressões apresentadas pelos entrevistados(as) estão relacionadas à vulnerabilidade

social, violência, gravidez na adolescência, afastamento do âmbito escolar devido à iniciação precoce no mercado de trabalho, desinteresse pelas disciplinas, dificuldade na relação com a direção da escola, entre outras demandas foram apresentadas.

No âmbito dos docentes, pudemos verificar as condições de trabalho destes, e também sobre as suas participações políticas. Desta forma, foi possível perceber que os professores apesar de se dizem satisfeitos com as condições de trabalho, se queixam da falta de materiais disponíveis e, principalmente, do apoio pedagógico que este colégio não oferece. Com relação à vinculação sindical percebemos que apesar da metade dos professores que responderam ao questionário estar sindicalizada, a maioria revela desacreditar na força deste sindicato e afirma que este não tem respondido às demandas da categoria. Contudo, constatamos, ainda, que mesmo aqueles que se mostraram divergentes do sindicato afirmam estar ativos nas lutas da categoria.

Assim, concluímos o nosso trabalho com a constatação de que as expressões da Questão Social estão presentes nas escolas e colégios públicos de todo o País, e sendo essas expressões o objeto de trabalho e estudo do Serviço Social, defendemos a necessidade e a importância da inserção de assistentes sociais em todas as escolas públicas brasileiras, principalmente, nas escolas públicas de Salvador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. **Senado Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: 24/Julho/2014a.

IAMAMOTO, M. V. ; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 28.ed - São Paulo: Cortez; CELATS, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed,- São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. – 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 5 – 2. Ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

PONTE, et al, **Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre balanced scorecard**: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006. Artigo disponível em: <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congresso1/03/EPC079.pdf>. Acesso em 26/03/2014.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, I. M. F. da, **A Formação Histórica da Questão Social no Brasil e sua Vinculação com o Serviço Social: uma viagem incompleta, mas repleta de emoções!** São Paulo, PUC-SP, 2005.

TAVARES, M. A. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

Yazbek, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

SOBRE A ORGANIZADORA

SUSANA SCHNEID SCHERER - Possui graduação em Licenciatura Em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, 2010). É especialista em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL, 2012). É Mestre em Educação Física pela UFPEL, 2014. É doutora em Educação pela UFPEL, 2020, período em que foi bolsista de doutorado pela CAPES. Realizou estágio doutoral, subsidiado pelo programa PDSE-CAPES, na Universidade do Minho, em Braga-Portugal, com a supervisão do Prof. Licínio Lima. Foi professora do magistério público estadual do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018, e professora pesquisadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (CLEC-UFPEL) entre 2014 e 2015. Atualmente é professora orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Ensino de Filosofia da UFPEL. É pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas Educacionais (NEPPE) da UFPEL, no qual realiza estudos, participa de eventos e publica e divulga trabalhos. Seu foco de estudos é na escola pública, trabalho docente, parcerias público-privadas e mercantilização da educação. Integra redes e associações da área como ANPAE, ANPED, REDESTRADO, ANFOPE, que se detêm a analisar e refletir sobre o campo e as reverberações na área.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Currículo 9, 10, 15, 19, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 89, 92, 96, 97, 99

D

Democracia 9, 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11

Desempenho Escolar 38

Desenvolvimento Social 76

Dignidade Humana 79

E

Educação Infantil 10, 16, 53, 54, 55, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78

Educação Integral 34, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 105

Ensino-Aprendizagem 26, 55, 56, 63, 71, 73, 77, 88, 89, 91

Ensino Fundamental 13, 14, 15, 16, 17, 34, 38, 97

Ensino Médio 11, 14, 16, 17, 18, 34, 38, 79, 80, 81, 85, 88, 89, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106, 107, 113, 114, 115

Escola 2, 9, 11, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 55, 65, 69, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 119

Escola de tempo integral 11, 93, 105

Escola Pública 2, 9, 4, 5, 9, 10, 42, 79, 82, 97, 119

Estado 9, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 64, 71, 77, 88, 97, 109, 111, 112, 116, 117

Estágio 87, 94, 115, 119

F

Formação de professores 11, 87

G

Gestão Democrática 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 23, 30

Gestão Escolar 10, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 22, 24, 26, 30, 101

J

Jogos e brincadeiras 10, 66, 68, 74, 75, 76, 77

L

Legislação educacional 10, 12

P

Papel do professor 46, 74

Parâmetros do mercado 32

Política Pública 97

Políticas Educacionais 2, 9, 7, 13, 16, 37

Práticas Educacionais 99

Práticas Pedagógicas 9, 10, 32, 53, 55, 62, 94

Q

Questões Sociais 9, 34

R

Reforma empresarial 10, 32, 34, 39, 40, 42

Resultados Educacionais 9, 10, 6, 21, 24, 26, 28, 29

POLÍTICAS educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

POLÍTICAS educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021